

ESTADO, POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA

CARLOS EDUARDO C. DE OLIVEIRA¹
SAULO JOSÉ DOS SANTOS ROCHA²

Resumo

O presente trabalho pretende evidenciar os elementos constitutivos da ação extensionista da Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, buscando aprofundar a discussão sobre o papel e o potencial de contribuição da universidade pública no debate sobre o desenvolvimento regional. Neste contexto, a extensão, indissociável do ensino e da pesquisa, pode se configurar como elemento de articulação entre as políticas públicas governamentais e o fazer universitário, contribuindo para o fortalecimento social e econômico das regiões. Destarte, apresenta uma perspectiva do conceito de Estado, das concepções sobre a Teoria da Política Pública, das relações entre a ação extensionista universitária e as políticas públicas governamentais, bem assim, de como as universidades podem orientar-se para o desenvolvimento da sua região, a partir do estudo de caso da UEFS.

Palavras Chaves: universidades, regiões, desenvolvimento regional, políticas públicas e extensionista.

Abstract

This paper aims to highlight the elements of action extensionist da Universidade Estadual de Feira de

Santana - UEFS, seeking to deepen the discussion on the role and potential contribution of public universities in the debate on regional development. In this context, extent, inseparable from teaching and research, can be considered as an element of coordination between the governmental policies and university doing, contributing to strengthening the social and economic development of regions. Thus, the concept offers a perspective of the State, the concepts of the Theory of Public Policy, relations between the action extensionist university and the governmental policies, as well as how universities can be directed towards the development of their region, from the case study UEFS.

Key words: universities, regions, regional development, Public Policy e extensionist.

JEL: R5, R58

Introdução

As universidades públicas são consideradas instituições importantes no debate sobre o desenvolvimento regional. Através do seu potencial de colaboração quanto à promoção e difusão da ciência e tecnologia, da cultura e da arte, as universidades podem contribuir diretamente à formação humana, o desenvolvimento da pesquisa, a disseminação do conhecimento e a prestação de serviços de interesse público, elevando a importância relativa da sua região de inserção em relação às regiões do seu entorno.

Ao lado do ensino e da pesquisa, respeitando os requisitos da indissociabilidade, a extensão universitária compreende uma dimensão acadêmica de destaque, por seu potencial de contribuição social e sua natureza abrangente e difusa, enquanto prática dialógica de aproximação mais direta da universidade com a sociedade, por meio dos seus programas e projetos que transcen-

¹ Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano na Universidade Salvador – UNIFACS. Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UEFS. e-mail: carlos.uefs@hotmail.com.br

² Doutorando em Desenvolvimento Regional e Urbano na Universidade Salvador – UNIFACS. Professor Assistente do Departamento de Ciências Sociais Aplicadas da UEFS. e-mail: sjsrocha@hotmail.com.br

dem os elementos menos acessíveis à comunidade em geral, como a sala de aula e os laboratórios nas instituições universitárias.

Neste contexto, o presente artigo pretende ater-se num dos aspectos da extensão universitária, qual seja, o de discutir as relações entre as políticas públicas governamentais e o fazer universitário, na promoção do desenvolvimento regional, tendo como “pano de fundo” à experiência extensionista da Universidade Estadual de Feira de Santana – UEFS, no Estado da Bahia.

Estado e Teoria da Política Pública

De acordo com Dallari (2001), encontrar um conceito de Estado que satisfaça diversas correntes doutrinárias terá sempre um caráter de subjetividade, por maior que seja o esforço para efetuar-lo. Isso acontece por sua natureza complexa, pelos interesses diversos dos campos de estudo, assim como pelas múltiplas possibilidades de interpretação.

Como consequência afirma que:

A par disso toda conceituação pode dar a impressão de redução formalista, mas a palavra Estado tem sido usada com tão variados sentidos que sem um conceito esclarecedor não se fica sabendo em que sentido ela está sendo usada. (DALLARI, 2001, p. 115)

O entendimento de Matias-Pereira sobre o conceito de Estado parece ser útil à dimensão política e institucional, que se deseja neste trabalho, sem, entretanto, deixar de reconhecer a complexidade conceitual do tema. Para o autor, o Estado pode ser compreendido: “(a) como uma relação social de dominação; (b) e um conjunto de organizações com autoridade para tomar decisões que atinjam todos os indivíduos de uma coletividade”. (MATIAS-PEREIRA, 2008, p. 31)

Por sua vez, Celina Souza (2001, p.45), ao analisar o contexto de articulação entre a Administração Pública e o Estado afirma que este: “... é

um conjunto de instituições criadas, recriadas e moldadas para administrar conflitos e tensões dentro de um determinado território...”, e mais adiante completa: “... o Estado é um ente abstrato, ele se materializa por meio de instituições, que são o executivo, o legislativo, o judiciário, as forças militares, os governos subnacionais e a administração pública”.

De outra forma, ao observamos as diversas concepções sobre o ambiente em que está inserido o Estado na contemporaneidade, dentre outros aspectos, temos: a complexidade das relações entre os diversos atores sociais; a emergência das novas técnicas da informação; a noção de aceleração da temporalidade e de redução das barreiras espaciais entre os países; o fortalecimento da sociedade civil organizada; sua crise e a incapacidade para responder as demandas crescentes da sociedade. Estes elementos apontam para um cenário de ampla reflexão sobre os objetivos do Estado. (VERGARA, 2003; CELINA SOUZA, 2001; MATIAS-PEREIRA, 2008; MARINI, 2003; SARAVIA, 2006)

Neste complexo contexto de inserção do Estado contemporâneo surgem as concepções sobre a Teoria da Política Pública.

Saravia (2006), ao traçar o panorama de evolução dos fatores determinantes para concretização do cenário favorável ao desenvolvimento desta Teoria, esclarece que a insuficiência do modelo de planejamento, proposto a partir dos anos 50 e 60, não atendeu aos desafios impostos ao Estado no enfrentamento da crise dos anos 70. E, dessa forma, criou-se o ambiente favorável, a partir dos anos 80, para necessidade de maior agilidade do Estado no atendimento das demandas da sociedade, o que proporcionou o deslocamento do modelo centrado no planejamento para ideia de política pública.

Na visão de Saravia (2006, p.28) a Teoria da Política Pública pode ser assim definida:

Trata-se de um fluxo de decisões públicas orientado a manter o equilíbrio social ou a introduzir desequilíbrios destinados a modificar a realidade. Decisões condicionadas pelo próprio fluxo e pelas modificações e reações que elas provocam no tecido social, bem como pelos valores, idéias e visões dos que adotam ou influem na decisão. É possível considerá-las como estratégias que apontam para diversos fins, todos eles, de alguma forma, desejados pelos diversos atores que participam do processo decisório.

E mais adiante complementa que:

Numa perspectiva mais operacional, poderíamos dizer que ela é um sistema de decisões públicas que visa a ações ou omissões, preventivas ou corretivas, destinadas a manter ou modificar a realidade de um ou vários setores da vida social, por meio da definição de objetivos e estratégias de atuação e alocação de recursos necessários para atingir os objetivos estabelecidos. (SARAVIA, 2006, p.29)

Na discussão sobre “política” e “políticas públicas”, Parada (2008) adverte que se trata de entidades diferentes, que se influenciam mutuamente. Para o autor, tanto a “política” como as “políticas públicas” têm a ver com o poder social, mas a política é um conceito amplo, relativo ao poder em geral, enquanto as políticas públicas têm a ver com as soluções específicas de como manejar os assuntos públicos.

Matias-Pereira (2008), ao definir a separação conceitual entre política de Estado e política de Governo, afirma que a política de Estado tem um caráter legalista, prevista em Lei, pelo processo complexo de relações estabelecidas entre o poder legislativo e o poder executivo. Estas Leis correspondem à compreensão do Estado, num determinado momento histórico, sobre as premissas e objetivos que são direcionados para determinados setores da sociedade ou da economia. Assumem, portanto, um caráter de continuidade e estabilidade, com a possibilidade de adequações futuras frente às

novas demandas da sociedade. De outra forma, a política de Governo diz respeito ao projeto de orientação política do governo, as escolhas estabelecidas no seu plano governamental, os objetivos que o candidato tentará colocar em prática, após eleição. Para o autor, a política de Governo deve ser implantada em consonância com a política de Estado.

Nesse contexto, na visão de Bucci citada por Matias-Pereira (2008, p. 125):

...as políticas públicas, por sua vez são compostas por normas, princípios e atos voltados a um objetivo determinado de interesse geral. As políticas públicas devem ser estabelecidas no espaço governamental, conjugando os objetivos e princípios das políticas de Estado - previstos em Lei ou na Constituição - com as metas e orientações de políticas governamentais.

E mais adiante, utiliza da seguinte argumentação para melhor esclarecer o tema:

As políticas públicas podem ser entendidas como metas, programas, princípios e objetivos da ação governamental definidos a partir dos processos decisórios politicamente mediados. Visam orientar, articular e coordenar a atuação dos agentes públicos e privados, bem como a alocação de recursos públicos e privados para atingir interesses públicos considerados relevantes em um dado momento histórico. (BUCCI citada por MATIAS-PERREIRA, 2008, p. 126).

Assim, pode-se inferir que quanto mais uma política de governo se aproxime do conceito de política de Estado, maior será sua legitimidade para reivindicar o envolvimento dos diversos atores e setores sociais à sua consecução, inclusive das universidades públicas.

Universidade Pública e Desenvolvimento Regional

Expressar um conceito de universidade que represente todas as suas

dimensões, facetas de inserção e relação com a sociedade, bem como suas formas de representações institucionais não é tarefa das mais fáceis.

Nesse sentido, Wolff (1993, p. 26), ao referir-se a busca de uma definição sociológica da universidade, alerta-nos para o seguinte aspecto:

As universidades foram criadas por todos os tipos de motivos: para preservar uma velha fé, para granjear prosélitos para uma nova fé, para treinar trabalhadores habilitados, para melhorar o padrão das profissões, para expandir as fronteiras do conhecimento e mesmo para educar jovens.

Entretanto, para este autor, se buscássemos uma representação ideal de universidade, no sentido weberiano, ela estaria assentada em quatro modelos:

a) a universidade como santuário do saber - definição tradicionalista, histórica, assentada na gênese da universidade, no seu contexto como ambiente de erudição e saber intelectual contemplativo, símbolo de cultura e conhecimento livresco, ponto de partida do intelecto e da razão, uma comunidade de eruditos.

b) a universidade como campo de treinamento para profissões liberais - entendida com *locus* para formação de profissionais liberais. Iniciada na Europa, na Idade Média, por profissões como a de médicos, advogados e teólogos. Centrada num conjunto de concepções sociais de profissões socialmente estabelecidas, para as quais a universidade buscará prover a sociedade.

c) a universidade como agência de serviço - trata-se da concepção de universidade como conjunto de instituições cujo propósito é a prestação de serviços educacionais, de pesquisa e consulta para sociedade. Nesta dimensão, a sociedade exige que a universidade lhe sirva, assentada no argumento da história, da justiça, utilidade e inclusão social.

d) a universidade como linha de montagem para o homem do sistema - encerra um compreensão marxista da universidade, como espaço de reprodução da força de trabalho, um conjunto de entidades a serviço dos seus clientes, engendrada pelo modo capitalista de produção, como uma organização que segue as leis de mercado em suas relações com a sociedade, e se auto-organiza segundo as mesmas leis.

De outra forma, Chauí ao discutir qual deve ser a relação da universidade com a sociedade, afirma que a universidade é uma "instituição social", e que: "Isso significa que ela realiza e exprime de modo determinado a sociedade de que é e faz parte. Não é uma realidade separada e sim uma expressão historicamente determinada de uma sociedade determinada". (CHAUÍ, 2001, p. 35).

Neste sentido, para autora, as universidades brasileiras expressariam os ideais neoliberais dominantes, a partir da predominância de temas hegemônicos nos debates e artigos sobre o assunto, tais como; a avaliação universitária descolada do ensino básico; o sistema de avaliação acadêmica assentado na dimensão quantitativista de titulação e publicação; a alocação de recursos públicos segundo critérios de linhas de pesquisa nem sempre possíveis de apropriação nas humanidades; e a ideia de universidade como agente econômico, prestadora de serviços às empresas privadas.

Por sua vez, no entendimento de Souza Santos as universidades vivem uma crise que pode ser caracterizada pela ausência de repostas às demandas da sociedade, e nesta conjuntura:

Um pouco por todo lado a universidade confronta-se com uma situação complexa: são-lhe feitas exigências cada vez maiores por parte da sociedade ao mesmo tempo que se tornam cada vez mais restritivas as políticas de financiamento por parte do Estado. Duplamente desafiada pela sociedade e pelo Estado, a universidade não parece preparada para defrontar os desafios, tanto

mais que estes apontam para transformações e não para simples reformas parceladas (SOUZA SANTOS, 2010, p. 187)

Cabe ainda destacar que no Brasil, a base legal, a nível federal, sobre educação formal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL). Lei nº 93.94/96, no seu Art. 52, inciso I, define as universidades como:

As universidades são instituições pluridisciplinares de formação dos quadros profissionais de nível superior, de pesquisa, de extensão e de domínio e cultivo do saber humano, que se caracterizam por [...] produção intelectual institucionalizada mediante o estudo sistemático dos temas e problemas mais relevantes, tanto do ponto de vista científico e cultural, quanto regional e nacional.

A sociedade espera que as universidades públicas cumpram seus objetivos, e sejam capazes de refletir sua importância social. Elas devem se envolver com as questões socioeconômicas do meio onde estão inseridas, principalmente através de ações que proporcionem a reflexão sobre as demandas da região e sobre o seu potencial de colaboração para fazê-la avançar. Contribuir para o desenvolvimento, cidadania e melhoria da qualidade de vida, dentre outros aspectos, são objetivos buscados pelas universidades públicas no desenvolvimento regional.

Políticas Públicas e Extensão Universitária

Neste ponto nos propomos a conceituar extensão universitária e analisar a sua relação com as políticas públicas, com o objetivo de entender quais são os fatores de convergência e de divergência entre estas duas categorias.

Saviani (1985, p. 48), ao refletir sobre uma abordagem não extencionista quanto ao conceito de extensão, afirma que esta:

...significaria a articulação da universidade com a sociedade, de tal

modo que aquilo que ela produz em termos de novos conhecimentos e aquilo que difunde através do ensino não ficasse restrito apenas àqueles elementos que conseguem ser aprovados no vestibular e que integrem determinados cursos objetivando se formar numa determinada profissão. Ao contrário, cabe à universidade socializar seus conhecimentos, difundindo-os à comunidade e se convertendo, assim, numa força viva capaz elevar o nível cultural geral da sociedade.

Para o autor, a extensão universitária não deve ser compreendida como uma prática assistencialista ou mesmo como uma espécie de caridade, mas como uma contrapartida daqueles que tiveram oportunidades viabilizadas a partir do acesso ao ensino superior àqueles que de alguma forma não o tiveram.

Por sua vez Boaventura (1986, p. 65) compreende que:

A extensão, como prestação de serviço, é a mais recente das funções atribuídas ou absorvidas pela Universidade. A sua origem parece encontrar-se na noção de que uma instituição universitária dever servir a comunidade... ...Por ela, a Universidade é solicitada a beneficiar os diversos setores da população, impulsiona serviços de animação cultural, integra-se às prioridades nacionais, divulga conhecimentos e técnicas, participa do esforço pelo desenvolvimento social e econômico, gratificando-se pelo retorno das sugestões e contribuições da comunidade.

E mais adiante considera que:

De várias maneiras a instituição universitária poderá responder aos imperativos da educação permanente. Todavia, devido à formalidade de seus cursos regulares e às exigências e aos rigores da investigação, tudo leva a localizar-se na extensão as atribuições de aperfeiçoar os seus egressos e de atender às exigências de atualização profissional daqueles que não chegaram à Universidade. (BOAVENTURA, 1986, p. 63)

Para o autor outra importante característica da extensão universitária comparativamente com o ensino e a pesquisa é sua plasticidade e criatividade, o que lhe confere a possibilidade de atender a “programas sem os formalismos do ensino regular e não exigindo da sua clientela senão os requisitos impostos pelos objetivos específicos dos seus programas e cursos”. (BOAVENTURA, 1986, p. 64)

Neste contexto, para refletir sobre a correlação entre as políticas públicas e a extensão universitária, torna-se importante compreender seu caráter difuso, para além da dimensão própria das atividades, projetos e programas institucionais específicos das universidades, ou seja, para além da política pública específica das instituições de ensino superior públicas, a extensão universitária poderá interagir com outras políticas públicas e setores do governo, a exemplo da educação básica, da saúde pública, do desenvolvimento econômico e social, da inclusão social, da infra-estrutura e meio ambiente, da segurança pública. Daí decorre a natureza especial da atividade de extensão quando analisada sob a perspectiva de interação universidade e Estado.

Extensão na UEFS

A UEFS foi criada pela Lei N.º 2784 de 24 de janeiro de 1970, que Autoriza o Poder Executivo a instituir sob a forma de Faculdade a Universidade de Feira de Santana e dá outras providências. Assinada pelo Governador Luís Viana Filho, Diário Oficial do Estado de 28.01.1970. Nasceu como resultado de uma estratégia governamental, que tinha o objetivo de interiorizar o ensino superior - até então circunscrito à capital, Salvador - instalando faculdades de formação de professores nas principais cidades interioranas. (UEFS a., 2006)

Pretendia-se, assim, atender inicialmente à demanda educacional, formando professores que tornassem viável a expansão dos diversos

níveis de ensino, para, em seguida, através da criação de universidades, assegurar a formação de profissionais qualificados para o atendimento às necessidades sociais e econômicas das diversas regiões do Estado.

A UEFS tem como princípios orientadores o compromisso – entendido como intencionalidade de ação – com a qualidade e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão; com a difusão e democratização do saber; com a integração permanente com a comunidade, através da identificação e do atendimento às suas demandas; e com a formação de cidadãos-profissionais-técnicos, docentes e pesquisadores, capazes de atuar como sujeitos na construção da sociedade (UEFS a., 2006)

A missão da UEFS é: “Produzir e difundir o conhecimento, formando profissionais-cidadãos, promovendo o desenvolvimento, a interação social e a melhoria da qualidade da vida, com ênfase na região do semi-árido”. (UEFS a., 2006, p.8)

A Extensão na UEFS tem como desafio cotidiano a busca da construção de uma política de Extensão, pautando as suas ações, sejam elas programas, projetos, cursos ou outros eventos, na ética e no compromisso social, na perspectiva de que estas ações venham contribuir de modo direto para o desenvolvimento institucional e da sociedade, visando fortalecer a relação entre os diversos saberes. Desta forma, temos como principal objetivo ampliar a troca de experiências e a cooperação com a sociedade, buscando um desenvolvimento mútuo, bem como a difusão do conhecimento produzido em articulação com o ensino (graduação e pós-graduação) e a pesquisa, principalmente no território em que se insere, resultando em diversos projetos/programas/cursos, alguns em parceria com o Governo do Estado. (UEFS, 2010)

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI UEFS 2006-2010:

Na proposta de construção das Políticas de Extensão que atendam aos anseios da comunidade local e regional, a UEFS busca fortalecer suas formas de participação crítica, resgatar as modalidades de saber e ampliar o direito de cidadania, assegurando o compromisso de manter a interação da Academia com a população externa. Esse exercício visa à troca de experiências, com vistas a descobrir e produzir conhecimentos e, assim, legitimar a função da extensão como segmento articulador entre o ensino, a pesquisa e a comunidade. Esta articulação que se mostra como uma via de mão dupla, desvincula a extensão de uma visão assistencialista para se engajar numa prática de ações efetivas nos âmbitos da educação, do trabalho, do desenvolvimento social e da saúde. (UEFS b., 2006, p. 48),

E mais adiante:

A partir desse princípio, a política de extensão é compreendida como uma ação que possibilita a interação entre universidade e sociedade, constituindo-se em elemento capaz de operacionalizar a relação teoria e prática, promovendo a troca entre os saberes acadêmico e popular. (UEFS b., 2006, p. 48)

A Universidade mantém ampla e intensa ligação com a comunidade, com o propósito de sociabilizar conhecimentos, através de projetos ou programas específicos. Por meio dos seus docentes, servidores e discentes, esses conhecimentos, experiências, vivências e aprendizagens, de forma dialógica são viabilizados através da extensão entre a Instituição e a comunidade, contribuindo também para o aperfeiçoamento da Instituição através da interação com o ensino e a pesquisa.

A extensão oportuniza condições para Universidade, além de responder às expectativas da população naturalmente relacionadas com o ensino e a pesquisa, possa se integrar através de programas e projetos diversificados com possibilidades de maior aproximação com a realidade da região. O contato direto com os

elementos regionais, próprio da natureza da atividade extensionista, permite que a Instituição absorva traços culturais, que acabam inclusive influenciando também na sua cultura organizacional.

Por seu histórico e respaldo, a UEFS tem conseguido ao longo dos anos firmar convênios e parcerias com as três instâncias governamentais (federal, estadual e municipal), imprimindo algumas características fundamentais para o seu reconhecimento como Instituição promotora de ações extensionistas com qualidade, eficácia, efetividade na execução de projetos, contribuindo para a consolidação e fortalecimento do seu compromisso social. A extensão promovida pela Pró-Reitoria de Extensão (PROEX), Departamentos e Colegiados de Cursos, pode ser dividida em duas grandes categorias de programas e projetos; institucionais e interinstitucionais.

Os programas e projetos institucionais são aqueles que surgiram no âmbito da UEFS, propostos por professores e desenvolvidos com a participação de estudantes e funcionários, todos lotados e matriculados na Instituição. Alguns destes programas e projetos estabelecem parcerias com organizações não-governamentais, movimentos sociais e outras instituições da comunidade. (UEFS, 2009)

As áreas de influência destes programas e projetos são a região de Feira de Santana, do Semi-Árido e da Chapada Diamantina, esta última envolvida por conta da presença do *Campi* da UEFS no Município de Lençóis.

De acordo com o Relatório de Gestão da UEFS (2009), em 2009, na categoria de projetos institucionais, foi atendido um público aproximado de 25.000 (vinte cinco mil pessoas), em 23 (vinte e três) municípios, através de 54 (cinquenta e quatro) programas e projetos. No quadro 01 têm-se alguns destaques quanto às características gerais destes eventos.

Curso	Área de atuação	Público alvo
Atualização em Sexualidade	Educação	Professores e Profissionais que atuam em projetos de educação
Avaliação da aprendizagem e desenvolvimento Humano: Implicações Epistemológicas e Metodológicas	Educação	Professores da UEFS
Conheça a Flora de Lençóis – curso de capacitação de professores da Rede Pública e condutores de visitantes do município de Lençóis e coleção de referências da flora da Chapada Diamantina, no Campus Avançado da UEFS/Lençóis	Meio Ambiente	Professores da rede pública de ensino do Município de Lençóis (30 professores);
Formação Continuada de professores de Ciências: Contribuições da Etnobiologia, da História e da Filosofia das Ciências para o ensino de Ciências em Ambientes Multiculturais da Bahia	Educação	Licenciados em Ciências Biológicas, que estejam atuando no ensino de biologia de escolas públicas do estado da Bahia (professores), cujas salas de aula sejam compostas por estudantes agricultores e não-agricultores. Pretende-se um número máximo de 15 participantes.
Formação Continuada de Professores de Matemática da Educação Básica no Ambiente de Modelagem Matemática	Educação	Professores da Educação Básica
Patologia Bucal	Saúde	Alunos da disciplina Odontologia Preventiva e Social IV, alunos de Odontologia da UEFS, bolsistas e voluntários do NUCAO.
Periodontia	Saúde	Mulheres gestantes e pós-menopausadas das unidades básicas de saúde da cidade de Feira de Santana

Quadro 01. Descrição dos Cursos Extensionistas Institucionais – UEFS, 2009

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO - UEFS/PROEX, 2009.

Os programas e projetos extensionistas interinstitucionais, em andamento, representam a possibilidade de uma integração entre a Universidade e as ações implementadas pelos gover-

nos, no que se refere às políticas públicas. A importância de tais projetos evidencia-se na sua condição de campo de produção do conhecimento, campo de aprendizagem e via de en-

riquecimento para a formação profissional, com a articulação entre a teoria e prática, numa perspectiva dialética, como pode ser observado nas Tabelas 1-3 e no Quadro 02. (UEFS, 2009)

Tabela 1. Programas/Projetos Extensionistas Interinstitucionais – UEFS, 2009

Programa/Projeto	Instituições parceiras	Municípios e envolvidos	Público atendido
Programa Todos pela Alfabetização – TOPA	SEC	31	10.658
Projeto Universidade para Todos – UPT	SEC	01	931
Projeto de Implantação da Universidade Popular - UNIPOP	DISOP / UEFS/ MOV. SOCIAIS	40	140
TOTAL	72	11.729	

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO - UEFS/PROEX, 2009.

Programa/Projeto	Área de Atuação	Público Alvo	Objetivos
Todos Pela Alfabetização – TOPA	Educação	Adultos ainda não alfabetizados do Estado da Bahia	Alfabetizar Adultos ainda não alfabetizados do Estado da Bahia.
Universidade Para Todos – UPT	Educação	Estudantes do 3º ano do Ensino Médio ou Egressos de Escolas Públicas que estudaram da 5ª série do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio em Escolas Públicas Municipais ou Estaduais da Bahia	Propiciar o acesso de Estudantes do 3º ano do Ensino Médio ou Egressos de Escolas Públicas que estudaram da 5ª série do Ensino Fundamental ao 3º Ano do Ensino Médio em Escolas Públicas Municipais ou Estaduais do Estado da Bahia em Instituições de Ensino Superior.
Implantação da Universidade Popular – UNIPOP	Tecnologia	Movimentos Sociais	Implantar uma Universidade Popular destinada a integrantes de movimentos sociais da Região.

Quadro 02. Descrição dos Programas / Projetos Extensionistas Interinstitucionais – UEFS, 2009

Fonte: Relatório de Gestão – UEFS/PROEX, 2009.

Tabela 2

Descrição dos Cursos/Oficinas/Eventos Extensionistas Interinstitucionais - UEFS, 2009

Cursos / Oficinas / Eventos	Instituições parceiras	Municípios e envolvidos	Público atendido
Curso de Formação para o Desenvolvimento Territorial Sustentável	DISOP / Movimentos Sociais	40	140
Feira do Livro	SESI / SESC / SEST-SENAT / DIREC 02 / Secretaria Municipal de Educação / Arquidiocese de Feira de Santana	01	8.000
Semana Nacional de Ciência e Tecnologia	SECTI / Prefeitura Municipal de Lençóis / FAPESB	02	2.500
Seminário de Apresentação do Projeto de Desenvolvimento Integrado em Áreas Urbanas Carentes do Estado da Bahia	SEDUR	01	50
Oficinas de Tecnologias Sociais	SECTI / FAPESB / UFRB / UNEB / UNIFACS / Movimentos Sociais e Organizações Não-Governamentais	20	50
TOTAL		64	10.740

Fonte: Relatório de Gestão – UEFS/PROEX, 2009.

Destaca-se ainda dentre as ações extensionistas da UEFS, o Centro Universitário de Cultura e Arte (CUCA), unidade responsável pela proposição e desenvolvi-

mento da política cultural da UEFS, além da implementação de ações regulares e de projetos especiais integrados, incentivando e contribuindo com o desenvolvi-

mento de atividades culturais, nas mais diversas linguagens artísticas. Nas tabelas 3 e 4 são descritas algumas ações do CUCA. (UEFS, 2009)

Tabela 3. Atividades integradas – CUCA – UEFS, 2009

Eventos	Objetivo	Grupos Inscritos	Público Estimado	Participantes
Caminhada do Folclore	Valorizar e preservar as diversas formas de manifestação da cultura popular.	123	25.000	3.400
Bando Anunciador*	Oportunizar a discussão dos valores e da identidade cultural da cidade.		1.200	
Aberto do Cuca*	Disponibilizar à comunidade os espaços do CUCA e das instituições parceiras para o desenvolvimento de diversas atividades artísticas e culturais.		1.800	
TOTAL	123	28.000	3.400	

Fonte: RELATÓRIO DE GESTÃO – UEFS/CUCA, 2009.

Tabela 4. Atividades desenvolvidas – CUCA – UEFS, 2009

Atividade	Objetivo	Público
Seminário de Música	Desenvolver atividades de iniciação e formação musical junto à comunidade.	946
Coordenação de Dança	Ofertar à comunidade oficinas na área de dança e atividades corporais como: ballet, jazz, dança de salão, dança do ventre, dança tribal, yôga e karatê.	1.676
Coordenação de Teatro	Desenvolver oficinas no campo das artes dramáticas, voltadas para o público infantil, adolescente e adulto, inclusive em caráter profissionalizante.	278
Oficina de Criação Artística – OCA	Desenvolver o intercâmbio e a formação artística, no campo das artes plásticas, caracterizando-se como um ambiente favorável à inovação, através de experiências artísticas contemporâneas, em diálogo com o patrimônio material e imaterial da região em que está inserida.	103
Museu Regional de Arte – MRA	Contribuir com o processo de formação educacional de jovens e crianças, valendo-se do Museu como espaço educativo-didático.	7.100
Galeria de Arte Carlo Barbosa	Oferecer espaços alternativos ao circuito das galerias comerciais de arte, abrindo o campo para novos talentos. Com isso, essas galerias contribuem para o desenvolvimento profissional desse segmento artístico, fazendo valer assim seu papel de instrumentos de promoção da inserção social auto-sustentada da classe artística, em Feira de Santana e Santo Amaro.	3.531
Museu Galeria Caetano Veloso		1.061
Total		14.695

Evidência também deve ser dada ao Observatório Astronômico Antares – OAA, que desempenha um papel singular por abrigar as atividades de ensino, pesquisa e extensão, conseguindo ser ao mesmo tempo, um centro de excelência nas áreas, de astronomia e astrofísica, e um centro de popularização do conhecimento e da ciência como as visitas orientadas das escolas públicas, bem como da comunidade em geral. Dentre outros eventos e exposições; o relógio do sol, o parque aeroespacial, o parque dinossauros e pterossauros do Brasil, as observações do céu, o planetário, o museu antares de ciência e tecnologia, a exposição da réplica do meteorito bendegó, o espaço natureza (coleção osteológica de mamíferos, aves, répteis, anfíbios e peixes) são ações de natureza extensionista. (UEFS, 2009)

Como pode ser verificado nos quadros e tabelas apresentados existe uma participação da extensão universitária no debate, construção e consecução das políticas públicas.

Considerações finais

As universidades públicas são organizações orientadas para o desenvolvimento da sua região de inserção.

Entretanto, as políticas públicas específicas às instituições de ensino superior, sobretudo às universidades públicas, são limitadas e circunscritas as questões próprias do ensino (como expansão de vagas, acesso, permanência dentre outras) ou para a pesquisa (a exemplo dos editais públicos de desenvolvimento científico e suas áreas de fomento). A extensão universitária, por sua natureza difusa, pode figurar muito mais como coadjuvante nas políticas públicas governamentais direcionadas às outras áreas de ações como a educação básica, saúde pública, trabalho, emprego e renda etc.

A possível fragilidade das relações entre as políticas públicas governamentais para o desenvolvimento das regiões através da contribuição das ações extensionistas das universidades pode se caracterizar pela pouca compreensão dos governos sobre o potencial de contribuição nas uni-

versidades desta atividade.

A extensão tem como objetivo principal colocar a academia mais próxima da realidade social das comunidades, o que poderá permitir uma construção mais crítica e reflexiva sobre a responsabilidade da universidade com a região, relação fundamental para extrapolar a visão intramuros.

Compete aos governantes a compreensão sobre a importância da atividade extensionista das universidades públicas, bem como a responsabilidade de financiar e fomentar o desenvolvimento de uma cultura extensionista que reconheça as particularidades da natureza da instituição universitária e respeite a sua autonomia. Nesse processo, a universidade deve ser colocada como agente ativo, debatendo, propondo e discutindo idéias capazes de contribuir com o desenvolvimento social em todos os níveis de governos. Ou seja, as universidades públicas devem efetivamente ser respeitadas como atores ativos no debate sobre as políticas públicas que permeiam sua dimensão de interesse social, e não como meros instrumentos passivos da execução de políticas temporárias governamentais.

Neste sentido, torna-se necessário construir uma extensão universitária consistente com a narrativa de autonomia da universidade pública, para que a verdadeira plenitude de sua missão seja contribuir à compreensão, proposição e intervenção na realidade social da sua região de inserção, servindo como força transformadora da sociedade, em colaboração com o conjunto dos atores sociais.

Referências

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Universidade e Multiversidade**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1986.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 20 dez. 1996.

CHAUI, Marilena. **Escritos sobre a universidade**. São Paulo: UNESP, 2001.

DALARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de Teoria Geral do Estado**, 22. ed. São Paulo: Saraiva, 2001.

MARINI, Caio. **Gestão Pública: O debate contemporâneo**. Salvador: FLEM, 2001.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: Foco nas instituições e ações governamentais**. São Paulo: Atlas, 2008.

PARADA, Eugenio Lahera. **Política y políticas públicas**. In: Políticas Públicas. Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi (Org.). Brasília: ENAP, 2006. 2v.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Pela Mão de Alice: o social e o político na pós-modernidade**. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria das Políticas Públicas**. In: Políticas Públicas. Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi (Org.). Brasília: ENAP, 2006. 2v.

SARAVIA, Enrique. **Introdução à Teoria das Políticas Públicas**. In: Políticas Públicas. Enrique Saravia e Elisabete Ferrarezi (Org.). Brasília: ENAP, 2006. 2v.

SAVIANI, Dermeval. **Ensino público e algumas falas sobre universidade**. São Paulo: Cortez, 1985.

SOUZA, Celina. A nova gestão pública. In: **Gestão Pública: Desafios e Perspectivas**. Salvador: FLEM, 2001.

UEFS a. Universidade Estadual de Feira de Santana. **Plano Estratégico 2006-2009**. Feira de Santana. UEFS ASPLAN, 2006.

UEFS b. Universidade Estadual de Feira de Santana. **Plano de Desenvolvimento Institucional 2006-2010**. Feira de Santana. UEFS ASPLAN, 2006.

UEFS. Universidade Estadual de Feira de Santana. **Relatório de Gestão 2009**. Feira de Santana. UEFS ASPLAN, 2010.

VERGARA, Sylvia Constant e ALMEIDA, Vera Lúcia de. **Proposta para uma Gestão Pública Municipal Efetiva**. São Paulo: FGV, 2003.

WOLFF, Robert Paul. **O Ideal da universidade**. São Paulo: UNESP, 1993.